



Anais da Assembléia

Nº 30

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1976

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o nº 103/76, do Senhor JOÃO DE DEUS FREITAS NETTO, Presidente da Legião Paranaense do Expedicionário, no qual comunica aos Senhores Deputados que foi eleita a nova Diretoria. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 211/76 do Senhor TELMO THOMPSON FLORES, Presidente das CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S.A. — ELETROSUL, a "GAZETA DO POVO" de Curitiba, em sua edição de 19 de março último publicou referências feitas na Assembléia Legislativa do Estado, pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Nilso Sguarezi, sobre o modo de proceder das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. — ELETROSUL, relacionado com o processo de desapropriação das terras inundadas pelo reservatório da Usina Hidroelétrica de Salto Osório, cuja inauguração ocorreu na mesma data. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Lei nº 22/76.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento ocorrido hoje, em Jussara, do Senhor Boanerger Vieira da Silva Filho.

Requer outrossim, da aprovação deste, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1976.

(a) LEOPOLDO JACOMEL

JUSTIFICATIVA:

A família jussarense perde hoje um dos seus grandes homens públicos, eis que o extinto era pessoa largamente relacionada nos meios políticos e sociais, formado em Direito e Economia, foi Secretário e contador da Prefeitura por longos anos e exercia ainda Presidência do Diretório Municipal da ARENA de Jussara, o que justifica o presente requerimento, o qual se espera o apoio deste douto plenário.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderíamos nós, que fomos um dos fundadores do extinto Partido Trabalhista Brasileiro, deixar esta data, sem fazer um pronunciamento de saude, reverenciando a memória do saudado Presidente Vargas. (Lê):

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer seja consignado em Ata dos trabalhos o registro da efeméride que hoje se assinala, dia 19 de abril, data do nascimento de GETÚLIO DORNELLES VARGAS, estadista que durante um quarto de século marcou profundamente a vida pública brasileira.

Getúlio Vargas, desde a sua chegada ao Poder, na crista da revolução de 1930, até a sua morte, foi indiscutivelmente o centro dos acontecimentos políticos brasileiros, onde marcou profundamente a sua passagem por atos e atitudes que o fazem merecedor da gratidão e do respeito de todos os brasileiros, mesmo até daqueles que dele discordavam politicamente, pois a sua atuação em prol das causas nacionalistas e o seu patriotismo jamais poderão ser contestados.

Difícil seria marcar um acontecimento de maior importância em sua grande trajetória política. Mas, importante é que se destaque, dentre os vários aqueles que trouxeram modificações nas condições sociais do operariado com a nova legislação trabalhista, que por si só se constitui em marco que dignificaria e consagraria qualquer governante. Criou os Ministérios da Aeronáutica, da Educação e do Trabalho e diversas autarquias.

Deu início ao desenvolvimento industrial inaugurando a Usina Siderúrgica de Volta Redonda (que hoje tem o seu nome), a Fábrica Nacional de Motores, criou a Petrobrás como solução para o problema do petróleo brasileiro, a Eletrobrás, e o campo de suas atuações ligadas à cultura, podemos destacar o fato de ter pertencido à Academia Brasileira de Letras.

As razões dessa ordem é que nos levam a apresentar, no dia de hoje, quando Getúlio Vargas completaria 93 anos, requerimento à Assembléia Legislativa do Paraná, reverenciando a sua memória e o lembrando com saudade.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1976".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulín.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias ocupamos esta tribuna para falarmos sobre as inaugurações das obras realizadas pelo Prefeito Saul Raiz, especialmente sobre o problema das escolas. E hoje voltamos para falar do plano de obras no setor de escolas especialmente, do governo de Jayme Canet Junior, no decorrer deste ano.

(Lendo): "Com muita satisfação ocupo esta tribuna para comentar a meta a que está se propondo o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, qual seja, a de construir 3.000 (três mil) salas de aulas em diversas localidades do Estado do Paraná.

Quando recebemos esta notícia do Exmo. Sr. Jayme Canet Júnior e do Sr. Francisco Borsari Neto, nos demos conta de que essa feliz iniciativa vinha exatamente de encontro a um dos importantes pontos dos nossos objetivos políticos, e dentro do qual nos propusemos a trabalhar como Deputado Estadual.

Efetivamente, a educação, através da escolaridade das crianças e dos jovens, deve constituir preocupação permanente dos governos, e por isso vemos com grande alegria que o nosso Governo está perfeitamente conscientizado de tão importante setor da administração pública.

Em nossa campanha para eleição, quando percorríamos os rincões do nosso Paraná, dizíamos que se eleitos, iríamos pautar nosso trabalho legislativo em favor do trinômio: Educação, Saúde e Transporte.

Com essa nova programação do Governo em construir salas de aulas, também foi premiada a cidade de Cascavel, com a construção de vinte salas em novas unidades e ampliação de mais outras 26. Cascavel foi a cidade em que fomos o Deputado da ARENA mais votado no último pleito, e por isso, ficamos muito satisfeitos com a brilhante iniciativa governamental.

Graças a Deus, no dinâmico Governo de Jayme Canet Jr., temos encontrado grande apoio para o desenvolvimento da nossa atividade parlamentar, e como já disse acima, sinto-me muito feliz, em poder externar aos amigos e ao povo paranaense todo o meu contentamento pela magnífica iniciativa do Governo em construir as três mil salas de aulas.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres componentes das diversas representações de publicidade escrita e falada do Paraná.

Queremos nos parabenizar com o Deputado Domício Scaramella pelo seu discurso elogiando o grande líder Getúlio D. Vargas.

Também queremos dizer que no nosso Norte Pioneiro, na sexta-feira houve a abertura da 4ª Feira Industrial Agro-Pecuária de Santo Antonio da Platina e do Norte Pioneiro. Com a presença de diversas autoridades, aquela feira foi aberta, dando proteção àquela região, àquele povo que nada quer a não ser o desenvolvimento de nossa terra e de nossa gente.

Queríamos também convidar os Srs. Deputados para comparecerem na sexta-feira próxima, dia 23, quando lá estará presente S. Exa. o Governador Jayme Canet Júnior, para de lá despachar com todo seu Secretariado e para inspecionar a rodovia que é a redenção do Paraná naquele rincão que foi o sustentáculo de toda a evolução e de todo o progresso norte paranaense, que é o nosso querido Norte Pioneiro, consequentemente nosso querido Santo Antonio da Platina, o portal do sertão da Laranjeira.

Neste instante, Srs. Deputados, pedindo vênias ao legítimo representante Lúcio Machado, queremos receber S. Exa. o Governador do Estado e de todos os paranaenses, Jayme Canet Junior que lá estará de braços abertos para dizer das diretrizes de seu Governo e para marcar a inauguração da estrada Santo Antonio da Platina-Jaguariaíva e também para implantar a estrada Santo Antonio da Platina a São Sebastião da Amoreira e de

estradas que se fazem necessárias em nosso querido Norte Pioneiro.

Queremos aqui, Sr. Presidente, pedindo vênias a V. Exa. e ao eminente companheiro Muggiati Filho, dizer que houve numa sessão cujo dia não me recordo, certa crítica justa do ilustre e abalizado pensador e dinâmico Deputado Muggiati Filho, no que concerne a problema de convênio, da assertiva ou não de nosso companheiro Arnaldo Busato, ilustre Secretário dos Negócios da Saúde e Bem Estar Social do Paraná.

Vejam, Srs. Deputados, o Deputado Arnaldo Busato envolveu-se numa trama, não digo pelos nossos adversários políticos, talvez um assessor menos avisado. E diz o ilustre e abalizado Deputado Muggiati Filho que recebeu um telegrama por intermédio da Câmara Municipal da "cidade dos passarinhos", que é Arapongas e, se estivesse presente meu prezado e eminente amigo, pediria que retirasse aquele requerimento, porque Arnaldo Busato é um homem que na sua Pasta não faz discriminação de partidos.

O convênio foi firmado por aquele ilustre Secretário da Saúde, convênio que pediria vênias a V. Exa., Sr. Presidente, para ler neste instante, convênio firmado com a Prefeitura de Francisco Beltrão, por um Prefeito, que, embora seja dinâmico e honrado, não pertence à grei arenista.

É isso que queria neste instante defender o meu companheiro e amigo Arnaldo Busato, queria defendê-lo para que o meu colega Muggiati Filho considerasse e retirasse aquele pedido de informação, que lá estará Arnaldo Busato com sua equipe de trabalho, para dar informações tanto à ARENA como ao MDB.

(Lê): "Termo de Convênio entre a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, a Secretaria de Estado do Interior, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, como adiante se declara:

Aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco, a Secretaria do Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, daqui por diante simplesmente referenciada pela sigla "SESB", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado Arnaldo Faivro Busato; a Secretaria de Estado do Interior, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente referenciada pela sigla "DEOE", representado perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado NOEL LOGO GUIMARÃES — por seu Diretor Geral, Engenheiro ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO; e pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão..."

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica que está esgotado o tempo concedido regimentalmente a V. Exa.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. me concedesse o tempo suficiente para ler esta peça que é preciosa para esclarecer o nosso povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de um milhão de cruzeiros.

O Secretário Arnaldo Busato leva para o Interior do Paraná, leva para o povo do Paraná, os benefícios dessa campanha. Não quer saber se o Prefeito do Município beneficiado é do MDB ou da ARENA.

E o Prefeito de Francisco Beltrão pertence ao partido da Oposição, mas é um homem dinâmico, honesto e trabalhador.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e também que a imprensa aqui credenciada, que tivessem conhecimento das assinaturas apostas a esse convênio: Arnaldo Busato, Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social; Antonio de Paiva Cantelmo, Prefeito Municipal de Francisco Beltrão; Noel Lobo Guimarães, Secretário de Estado do Interior; Rolf Lunkmoss de Christo, Diretor Geral do DEOE.

Creio estar havendo um mal entendido com referência ao telegrama recebido pelo Sr. Deputado Muggiati Filho. Porisso, solicito ao ilustre Deputado que retire o seu pedido de informações. Principalmente, porque o Governo do Estado está fazendo

convênios com as prefeituras de Arapongas, Cianorte, Francisco Beltrão e outras prefeituras de nosso Estado.

Aqui está a propaganda da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, onde S. Exa. o Sr. Secretário pede, indistintamente, a colaboração das Prefeituras Municipais, da Câmaras Municipais e também a participação das entidades comunitárias do Paraná.

Portanto, mais uma vez, acho que houve um mal entendimento com referência àquele telegrama recebido pelo Sr. Deputado Muggiati Filho. E solicito a S. Exa. que reformule seu pedido de informações, porque, se erro houve não cabe culpa ao Sr. Secretário de Saúde. Talvez tenha havido um lapso de algum de seus assessores.

E não sabíamos nós quem viria a esta tribuna para trazer esse convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão e Secretaria de Saúde, se tivesse havido aquele fato que foi objeto de um pedido de informações do Sr. Deputado Muggiati Filho.

O Sr. Secretário Arnaldo Busato está inocente e queremos fazer justiça.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A maior tristeza que se pode observar num homem público é ver que tem que omitir a verdade, tem que apelar para a mentira, tem que descer no respeito do seu próprio povo, para poder manter-se de pé. Foi o que vimos no domingo que passou, quando na minha cidade, Santo Antonio da Platina, se instalava a 4ª Feira Agro-Pecuária de Santo Antonio da Platina e a da região Norte Pioneira.

O Prefeito da comunidade, homem que conseguiu durante o período do seu mandato, nada fazer em benefício de Santo Antonio da Platina, além disso conseguiu acabar com o que as outras administrações fizeram, através de um sacrifício constante, de anos e anos paulatinamente.

Esse Prefeito, ao abrir a Feira Agro-Pecuária Industrial, ao invés de contar, através do microfone que lá funcionava, seu trabalho administrativo, dizia ele, desavergonhadamente que com sua força e capacidade, pelo seu trabalho e condição de homem público, ia ser inaugurada a estrada Parigot de Souza. Ia-se fazer um asfalto entre Platina e a sede do município que é Santo Antonio da Platina, e por meio dela, e através dela, e os feitos existentes em toda a região pertencem a ele, aquele Prefeito que nem sequer aprendeu a dizer a verdade até hoje. Foi a pior administração que meu município já teve, foi o pior Prefeito que Santo Antonio da Platina, já elegeu, foi o pior homem público que, infelizmente, por uma eleição fatídica, foi levado à Prefeitura de meu município.

A 4ª Feira-Agropecuária foi uma decepção das mais tristes, sem a presença dos plantéis, que nos outros anos lá estiveram, sem a presença dos expositores que nos outros anos lá compareceram, porque conhecem e sabem que o Prefeito Ademar Lemos de Toledo, foi o pior Prefeito que Santo Antonio já teve, um homem que nem sequer paga os empregados que ganham salário mínimo, que têm um salário de fome, devido a malversação dos dinheiros públicos.

Tenho procurado até hoje evitar que minha cidade pudessem ser conhecida como cidade abandonada do Norte Pioneiro do Estado do Paraná. Mas, hoje, aqui, deixarei bem claro, como irei trazer futuramente no Grande Expediente, documentação comprobatória da falta de dignidade e respeito ao dinheiro público, praticada por aquele homem que tanto mal tem feito à minha comunidade, a Santo Antonio da Platina. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Depu-

tado Hélio Manfrinato. — (Ausente).

— Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente a brilhante exposição do nosso companheiro de Assembléia, Deputado Benedito Lúcio Machado.

Começamos por discordar do nobre Deputado porque a Feira de Santo Antonio da Platina não foi inaugurada domingo e sim no sábado.

Tivemos a honra de presenciar com V. Exa., com as autoridades civis e militares, e juntamente com S. Revdma. o Bispo Diocesano de Jacarezinho, D. Pedro Filipaque, a inauguração daquela feira que, sem aquele apogeu, sem aquela mistificação, é do nosso Norte Pioneiro. Aquela feira não pertence a Ademar Lemos de Toledo, não pertence ao Deputado Gabriel Manoel, não pertence ao Deputado Lúcio Machado, ela pertence ao Norte Pioneiro.

Este Deputado não está, neste instante, defendendo o Prefeito, está apenas querendo que todo o Paraná saiba que a IV Feira Agro-Industrial e Pecuária de Santo Antonio da Platina deveria ser projetada por todo o Paraná, deveria ser projetada por todo o Brasil pelos Deputados da ARENA e do MDB. Não se trata de Ademar Lemos de Toledo, trata-se do Norte Pioneiro, do nosso querido Norte Pioneiro que agora está sendo lembrado pelo dinâmico Governador Jayme Canet Júnior.

Proclamamos aos quatro ventos que a estrada Santo Antonio da Platina-Jaguariaíva leva o nome do saudoso Parigot de Souza em virtude de um requerimento, que está nos Anais desta Casa, de nossa autoria, o qual foi referendado por S. Exa. o ex-Governador Emílio Gomes.

Não é justo que se venha desta tribuna procurar, com malabarismo, como num passe de magia, empanar o progresso do Norte Pioneiro. Estamos convidando os Deputados do MDB e os Deputados de nossa ilustrada bancada para irem a Santo Antonio da Platina no dia 23 próximo para escutarmos a palavra abalisada de S. Exa. o Sr. Governador do Estado Jayme Canet Júnior e dos Srs. Secretários de Estado. Por algumas horas o Governo será instalado na Prefeitura liderada pelo honrado e dinâmico Prefeito Ademar Lemos de Toledo.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Quero, nobre Deputado, complementar primeiro meu raciocínio.

Por ocasião da inauguração da feira de Santo Antonio da Platina, estavam presentes representantes das forças armadas, representantes da Polícia Militar do Estado, representantes do clero, representantes da imprensa falada e escrita e o Sr. José Richa, digno Presidente do Movimento Democrático Brasileiro no Paraná, que disse: Ademar, isto é uma vitória para o Norte Pioneiro, a tua administração é uma glória. Quem estará mentindo? Eu, ou José Richa.

Venho, neste instante, dizer, Deputado Lúcio Machado, que não foi este o tratamento que V. Exa. teve para com o Prefeito de Santo Antonio da Platina, porque V. Exa. o chamou de mentiroso.

Ele não disse, Deputado, que cabia a ele, as estradas ou, cabia, a ele, como Presidente da Associação da Micro-Região, lutar, com a plêiade de homens, Prefeitos, Veradores e Deputados da ARENA e do MDB, pleitear para o Paraná, pleitear para o portal, o sustentáculo do celeiro paranaense que é o Norte Pioneiro. Agora, V. Exas. acham que levar estradas, é crime; acham que, a sua cidade, o seu Santo Antonio da Platina, que fará parte dos municípios de gabarito sendo o espelho de todas as regiões, isto é crime; que levar o Governador a Santo Antonio da Platina, que alardear aos quatro ventos que o Governador Parigot de Souza vacinou o povo do Norte Pioneiro por intermédio da Secretaria da Saúde através do ilustre Secretário Arnaldo Busato, isto é crime; dizer que estamos rompendo e rasgando a estrada

Santo Antonio da Platina/São Sebastião da Amoreira que há de ser inaugurada, com asfalto, cuja inauguração contará com a presença de V. Exa., cuja estrada servirá para carrear o movimento do Norte, para o seu Santo Antônio da Platina, isto é crime; dizer que vamos asfaltar a estrada Jacarezinho a Ribeirão Claro, e V. Exa. está convidado para ajudar a romper a fita de inauguração da sua sonhada estrada que leva o nome do saudoso Governador Parigot de Souza, é crime. Isto é o que alardeia o Prefeito de Santo Antônio da Platina, e, se isto é desbaratar o dinheiro público, se rasgar estradas, se vacinar, se distribuir cadeiras de rodas, incrementar o ensino, construir postos do Estado é desbaratar o dinheiro público, então, todos os Senhores meus companheiros, com a devida vênia, estão intimados a irem para casa porque não se pode mais trabalhar pelo povo.

Faço uma pergunta, e gostaria de ter uma resposta com isenção de ânimos: se não foi com o Prefeito Ademar Lemos de Toledo e naturalmente com todo o esforço dos Prefeitos da região e inclusive por intermédio de V. Exa., que foi conseguido o asfaltamento de Jaguariaíva/Santo Antônio da Platina, não foi graças ao esforço daquele moço?

V. Exa. diz que, de Santo Antônio da Platina, Ademar Lemos de Toledo foi o pior Prefeito.

Eu faço uma pergunta:

“quais foram os Prefeitos que lutaram para que Santo Antônio da Platina fosse a sede da Micro-Região, quais foram os Prefeitos que tiveram a hombridade de dizer vamos marcar a hora da inauguração da sonhada estrada?”

Porque fatos concretos, não podem ser refutados. O que não admito, sob pena de não mais vir a esta tribuna, é ver um companheiro meu desta maneira tripudiado, vilipendiado por forças ocultas que querem, a todo custo, empanar o brilhantismo daquele moço.

Pediria a V. Exa., neste instante, que indicasse algo que tenha, em Santo Antônio da Platina, que não tivesse sido feito pelos Prefeitos arenistas, pelo Governo arenista do Paraná. Agora, se V. Exa. meu eminente companheiro Lúcio Machado, acha que é crime levar a Santo Antônio da Platina uma estrada que o Paraná deve aquele município interligando Santo Antônio da Platina/Ibaiti, interligando Santo Antônio/Jaguariaíva a cuja inauguração V. Exa. está convidado, o Prefeito de Santo Antônio da Platina, Ademar Lemos de Toledo há de mostrar que, pela sua breve passagem por aquela Prefeitura, projetou o nome daquela cidade, daquela cidade honrada, de homens honrados, de homens que trabalham diuturnamente, de brasileiros paranaenses e de brasileiros de todos os rincões do nosso querido Brasil, cidade que ele só honrou.

Se existem falhas em sua administração, nós gostaríamos que V. Exa. provasse as falhas palpáveis e denunciasses ao público. Mas não venha V. Exa. dizer que a feira da sua cidade foi um fracasso. Porque nós não podemos dizer que isso foi um fracasso, perante a opinião pública. Porque lá não se trata de Ademar Lemos de Toledo, lá não se trata de Jayme Canet Júnior, não se trata de Gabriel Manoel, e muito menos também de V. Exa.

Trata-se de Santo Antônio da Platina, do seu Santo Antônio da Platina. V. Exa. deveria vir aqui, nesta tribuna, e convidar o povo para ir à sua cidade, à cidade de Benedito Lúcio Machado; aquela cidade defendida, administrada, honrosa e ardorosamente por V. Exa. Conforme disse no discurso, o Prefeito de Santo Antônio da Platina, do qual ele proclamava a sua presença na abertura da feira.

E V. Exa. se me permite, a feira não foi no domingo, foi no sábado, ilustre Deputado. A Feira foi na sua cidade, a cidade polo; e nós tivemos como disse V. Exa. a satisfação de roubar alguns votos.

E a satisfação de representar a bancada da ARENA e a ARENA daquele município; e temos a satisfação de convidar

a V. Exa., para participar do Encontro com o Governador Jayme Canet Júnior, e também para marcharmos junto com V. Exa., ilustre Deputado, na inauguração da nossa grande estrada, da sua estrada, da nossa estrada.

Da estrada que é a redenção do Norte Pioneiro. O portal, o celeiro do sertão de Laranjinha que é Santo Antônio da Platina.

V. Exa., mesmo que erro houvesse por parte do Prefeito, teria por obrigação, séria, inabalável, de defender a sua cidade, não procurar marginalizá-la.

Nós já concedemos o aparte ao ilustre Deputado.

Antes, eu queria pedir a V. Exa. que no seu aparte memorizasse o Prefeito de Santo Antonio com a dignidade que V. Exa. merece.

Falou em seu discurso, sobre a presença de V. Exa.

E lá, hoje aqui Deputado Lúcio Machado, não está em jogo a reputação minha, de V. Exa., ou do Prefeito. Hoje, nós fazemos uma conclamação ao povo, para visitar a feira da sua cidade.

A feira que, por bem ou por mal, nunca existiu em outras gestões.

Isso é crime de alguns que lhe sopraram no ouvido. E se isso é fazer nada para o povo, V. Exa. me perdoe, se inaugurar estrada é fazer nada pelo povo; se ser presidente da micro-região com sede na cidade Polo, para honra sua, principalmente, e para nossa, então vamos fuzilar, vamos massacrar o Prefeito de Santo Antônio da Platina.

Porque todas as vezes que tocamos no seu nome, seu nome honrado, o Prefeito faz os maiores elogios.

Tem na conta V. Exa., como um dos Deputados mais combativos, como um dos Deputados que luta por sua terra, que é o seu Santo Antônio da Platina.

Agora, não pode V. Exa. numa tirada talvez demagógica, inopinada, vir dizer que em Santo Antônio foi um fracasso.

Santo Antônio da Platina, não há de ser um fracasso; há de ser sempre a cidade polo do Norte-Pioneiro junto com o esforço de V. Exa.

Tem o aparte, Deputado.

O Sr. Lúcio Machado — Muito obrigado.

O meu aparte é apenas para analisar a distorção do seu pronunciamento. V. Exa. diz, em determinada oportunidade, que nós achamos que a PR 1 — Parigot de Souza, é um crime. Quase que V. Exa. acertou. Nós achamos que aquela estrada é o retrospecto do maior crime cometido ao Norte-Pioneiro do Paraná, pela sua demora, pela voragem da demagogia que se deu ao seu Partido, o Partido do Governo, e que graças a Deus, a voz do povo, o reclamo da gente pioneirista do Paraná, a queixa constante daquele povo trabalhador, daquela região eminentemente produtora deste Estado, faz com que esta voragem demagógica tivesse um fim e este fim alcançará com a inauguração da PR I, nos próximos dias, com a presença do Governador do Estado.

Sabemos perfeitamente que o município de Santo Antônio da Platina graças a Deus não pertence ao Sr. Prefeito, mas sim ao povo, aquele povo trabalhador que constrói as glórias daquele município, município que nunca foi esquecido como diz V. Exa.

Foi sempre lembrado naquela região, foi um município altamente elogiado pela valentia de seu povo, na produção constante nas mais diversas atividades comuns da vida humana.

O que não gostamos, e continuaremos a afirmar e queremos que nossa afirmativa conste dos Anais da Casa, é que o Prefeito daquela localidade, onde demos o nosso sacrifício por cinco anos, além de não fazer nada durante estes quatro anos que decorreram, destruiu tudo que foi feito, inclusive maquinária comprada com o suor e o sacrifício do povo.

Meu município não tem mais estradas, meu município não tem mais asfalto nas ruas, meu município não tem mais pão para dar aos operários que trabalham no dia a dia para manter a limpeza da cidade, meu município está abandonado e o pior, não esperava que descesse tanto aquele eminente Prefeito, em fazer um discurso tão demagógico na abertura da 4a FAP, no sábado, quando lá estivemos. E dizer que deverá se atribuir a ele a realização da PR I e das estradas que estão ocorrendo na minha região depois de quase cem anos de esquecimento.

É uma miséria tão grande o que se viu, é uma falta de respeito ao próprio povo. E sabe V. Exa., como sabe o Governador do Estado, como sabe todo o povo do Paraná e do Brasil, que quando o Governo constrói é com o sacrifício do povo. Quando o Governo não constrói é porque há a malversação do dinheiro do povo. E naquela nossa região o dinheiro do povo foi mal empregado por muitos anos, a demagogia imperou, a voracidade incrementou-se por muito tempo e agora não teve outro caminho.

A estrada está aberta. A vontade de Deus se manifestou e o Governo vai inaugurar a estrada. Então o crime, Sr. Presidente, foi a derrota de entregar aquela estrada, e tanto sofreu o povo à sua espera, quase cinquenta anos depois.

Quem está de parabéns, não é o Governo, quem está de parabéns não é V. Exa., quem está de parabéns não é o Prefeito, quem está de parabéns não sou eu, mas é o povo daquela região, povo eminentemente trabalhador, eminentemente honrado, eminentemente digno, pagador de impostos através de todos os sistemas de tributação.

Quanto ao Prefeito de Santo Antonio da Platina, V. Exa. tem a incumbência de advogar sua defesa, porque nenhum Prefeito honesto concebe destruir um município, nenhum Prefeito honesto concebe deixar de pagar seus funcionários, nenhum Prefeito honesto concebe deixar uma administração no estado de falência como esta de Ademar Lemos de Toledo, que vai ficar para o próximo Prefeito.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. ilustre Deputado Lúcio Machado, ex-Prefeito, ex-Vereador, ex-companheiro arenista, V. Exa. que acompanhou a nossa vida pública “pari passu”, sabe que esses fatos devem ser documentados; que esses fatos devem ser concretizados.

E, por essa razão, quero fazer um pedido a V. Exa., para que me esclareça qual foi o Prefeito de Santo Antonio, inclusive V. Exa., que pediu, que solicitou por escrito, o asfaltamento daquela estrada. E agora vem V. Exa. tripudiar sobre o Prefeito que está trabalhando, sobre um Prefeito que embora tenha as suas falhas — como teve V. Exa., como teve este Deputado que ocupa a tribuna, neste instante, mas é um Prefeito que está trabalhando em favor do povo; que, inclusive, concitou todos os Prefeitos da micro-região que apresentassem as reivindicações de seus municípios, aos governadores, desde Parigot de Souza até Jayme Canet Junior.

E se V. Exa. quando Prefeito de Santo Antonio da Platina pediu o asfaltamento daquela estrada, renunciou meu mando. Traga V. Exa. provas para o povo do Paraná ver quem é demagogo.

V. Exa. foi Vereador, foi Prefeito em Santo Antonio da Platina, e já agora, juro pela felicidade de meus filhos, que se V. Exa. provar, documentalente, que pediu aquele asfaltamento, quando Prefeito, eu renunciei meu mandato. Em caso contrário, peço a mesma coisa de V. Exa., porque não se brinca com o povo.

V. Exa. tinha obrigação de estar trabalhando “pari passu” ao lado do Prefeito de Santo Antonio da Platina, com a honra e a dignidade que sua bancada merece de todo o Paraná.

Desafio V. Exa. que traga cópia de seu pedido de asfaltamento daquela estrada, para a opinião pública ver quem é demagogo.

V. Exa. não pode julgar o Prefeito de Santo Antonio da

Platina, porque “quem tem rabo de palha não põe fogo no rabo dos outros”.

O Sr. Lúcio Machado — Quem tem rabo de palha é V. Exa. V. Exa. seja mais respeitoso com seus Colegas. O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita aos Srs.

Deputados que respeitem o Regimento Interno: primeiro porque não se permite diálogo entre orador e aparteante; segundo, solicita ao orador e aparteante, moderação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, com a devida vênia, solicito que V. Exa. verifique as notas taquigráficas para ver se em algum momento faltei com o decoro parlamentar.

Quero dizer ao Deputado Lúcio Machado que estamos na mesma canoa, só que peço a V. Exa. que diga ao povo do Paraná a verdade. Porque, agora, V. Exa. pisotear num Prefeito que está trabalhando, num Prefeito que convidou V. Exa. para ir à sua cidade, à cidade de V. Exa., um prefeito que, memorizando, solicita à Associação. E agora, como já disse, se V. Exa. provar, deixarei um papel em branco, renunciando meu mandato. Sr. Deputado, o que existe é demagogia, o que existe é tirada demagógica, de véspera de eleição. Veja V. Exa. como os Deputados da ARENA se conduzem: no seu Santo Antonio da Platina, demos o nome de Parigot de Souza à estrada; humildemente fomos representar a bancada arenista no seu Santo Antonio da Platina; o Sr. Governador do Estado, por intermédio da Secretaria de Transporte, no seu Santo Antonio da Platina, está construindo a estrada de São Sebastião da Amoreira a seu Santo Antonio da Platina; a estrada Jaguariaiva, interligando o seu Santo Antonio da Platina com o resto do Paraná.

V. Exa. hoje tem que se redimir. Peça a Deus bondade e misericórdia, porque já dizia Ele “perdoai os inocentes, porque não sabem o que dizem”.

O Sr. Lúcio Machado — Muito obrigado, mas devolvo a V. Exa. a denominação. V. Exa. permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Aceito o seu aparte.

O Sr. Lúcio Machado — Nobre Deputado, causou-me estranheza quando V. Exa. afirma que advoga em defesa do pior Prefeito que minha cidade já teve e que a estrada saiu sob a influência de um requerimento a pedido do Prefeito Ademar Lemos de Toledo, ao Governador Jayme Canet.

O SR. GABRIEL MANOEL — Esforço conjugado do povo. Não tenho o requerimento de V. Exa nem de ninguém, pedindo aquela estrada. Se houver requerimento seu, me apresente nesta tribuna e perante meus filhos, perante meu lar e perante esta Assembléia, renunciarei meu mandato. V. Exa. foi prefeito por 5 anos, por que nunca pediu aquela estrada?

O Sr. Lúcio Machado — Interessante que V. Exa. mesmo tendo sido Prefeito de Joaquim Távora, mesmo tendo exercido a função, V. Exa. ainda não entende que exorbitaria da área de governo, se fosse o Prefeito Municipal executar a construção de uma estrada, que vai ser feita pelo Estado. V. Exa. advoga muito bem a defesa de seu Prefeito de Santo Antonio, entretanto, falta argumentos, porque se estradas existem no âmbito estadual, existem porque os legisladores aqui estão. V. Exa. não pode fazer essa defesa tão difícil, porque o seu constituinte está envolvido demais. Não queríamos entrar em detalhes, porque a história é muito comprida, e, apesar de tudo, seu constituinte omitiu que quis enganar o povo e que negou por 4 anos. V. Exa. não poderá desfazer essa opinião perante o povo de Santo Antonio da Platina, porque Ademar Lemos de Toledo demonstrou que não tem capacidade, tirocínio administrativo, e repito mais uma vez, foi o pior Prefeito que minha cidade já teve e a prova disso está lá, Sr. Deputado. V. Exa. faça uma pesquisa no município, nas urnas, e pergunte a 100 pessoas. Darei meu mandato a V. Exa, se 89 ou 90 por cento dessas pessoas, não digam à mesma voz, que foi o pior Prefeito que Santo Antonio já teve.

Devo ainda concluir, dizendo que no dia da inauguração

da Feira de Santo Antonio, houve uma apresentação que o povo estava esperando há muito tempo, a oportunidade de ver o seu Prefeito porque o povo passa meses sem encontrar seu Prefeito, para levar suas queixas, para ir efetuar uma cobrança, porque, acima de tudo, o Prefeito é mau pagador. Tenho em minhas mãos uma duplicata do Estado do Paraná, uma vez que meu escritório é representante da I Feira, que não estão pagas. É um Prefeito desonesto. Não queria entrar em detalhes a fim de não prejudicar V. Exa. em seus trabalhos, porque V. Exa. vai ficar ocupado este resto de ano para encontrar uma forma de defender seu constituinte. Uma coisa V. Exa. pode estar certo: jamais defendê-lo-á, porque ele não tem condições de defesa. Ele se implicou demais, ele se irresponsabilizou na função, ele faltou com o decoro na aplicação dos dinheiros públicos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Tenho a dizer a V. Exa. que o seu escritório de contabilidade não pode legislar com o Município porque V. Exa. é legislador. Saiba V. Exa. que Deputado ou Vereador não pode se imiscuir com negócios da Prefeitura, do Estado e da União. V. Exa. como Deputado, como representante do povo tem a obrigação primordial de vir à tribuna desta Casa para defender o povo. Porque há um ano e meio, mais ou menos, não veio V. Exa. dizer aqui, que o Prefeito de Santo Antonio da Platina era corrupto? Não veio porque o Prefeito era seu amigo. Agora, as águas estão clareando.

V. Exa. foi julgado, com defesa nossa, pelo Exército. Sofreu na carne o que está sofrendo o Prefeito de Santo Antonio da Platina. Naquela ocasião, a alto e bom som, dissemos que V. Exa. era inocente, porque conhecemos sua origem e conhecemos V. Exa. O que nos causa espécie é que venha V. Exa., neste momento, atacar um Prefeito que teve sempre por V. Exa. a mais consideração, e com quem V. Exa. se encontrava no dia da inauguração da Feira. Agora, para tristeza nossa, numa tirada demagógica, vem o nobre Deputado falar mal do Prefeito que é seu amigo, do homem que defende Santo Antonio da Platina.

Sempre o respeitei, Deputado Lúcio Machado, e ambos sofremos na carne, V. Exa. como Prefeito de Santo Antonio da Platina e eu como Prefeito de Joaquim Távora, na época do PTB esta injustiça que V. Exa. está fazendo para com o Prefeito de Santo Antonio da Platina. Talvez a injustiça que o nobre Deputado sofreu de um Deputado menos avisado da tribuna da Assembleia, seja a mesma que está sofrendo o Prefeito de Santo Antonio da Platina. Naquela época confabulávamos, eu e V. Exa. e o ex-Governador Paulo Pimentel que por V. Exa. foi atacado há poucos dias, sobre a injustiça que V. Exa. estava sofrendo.

Quero que memorize e permita Deus que na sua misericórdia clemência, como ontem foi o dia de Páscoa, o perdoe por esta injustiça, porque esta mesma injustiça foi praticada contra V. Exa. no seu gabinete foi ultrajado, V. Exa. no seu gabinete e com o nosso protesto e nossa solidariedade foi ultrajado, Deputado Lúcio. Porisso eu não devolvo as pedras que V. Exa. atira contra o Prefeito de Santo Antonio da Platina. Vemos, isto sim, juntá-las para construir um Santo Antonio da Platina maior, vamos juntar aquelas pedras para concretizar o sonho daquele povo, aquele povo que votou em V. Exa. e que não quer ser marginalizado, aquele povo que depositou em V. Exa. a confiança que o parlamentar merece. V. Exa., como eu e como os outros, não viemos aqui para atacar, viemos trabalhar de mãos dadas, unidos, pelo bem do Paraná, e de sua gente. Vamos unir as pedras. Peço neste instante a V. Exa. que me desculpe e, data vênica, vamos juntar as pedras com que V. Exa. ataca o prefeito de Santo Antonio da Platina, e, juntos, abraçados e de mãos dadas com esta dinâmica bancada do MDB, com os ilustres remanescentes do meu Partido — o PTB — com a ilustre bancada a qual tenho a honra de pertencer, a bancada arenista, vamos colher estas pedras e levá-las a construir o seu Santo Antonio da Platina, a construir seu Norte Pioneiro, à construção de estradas que se fazem necessárias, para que o

povo não venha sofrendo à busca dos medicamentos. Vamos construir.

V. Exa. está convidado para construir em Santo Antonio da Platina, junto com o dinâmico Secretário de Saúde e Bem Estar Social, um hospital regional, no seu Santo Antonio da Platina, para dá-lo àquele povo seu, àquele povo que confia em V. Exa., àquele povo que mandou V. Exa. para cá, não para fazer críticas destrutivas mas, para fazer o construtivo, para reunir as pedras que V. Exa. atira, às pedras que foram atiradas a V. Exa., quando, para satisfação minha, eu estava ao lado de V. Exa., como estou também agora, ao lado de Ademar Lemos de Toledo. V. Exa. viu, Deputado Benedito Lúcio Machado, que a verdade brilhou. Tardou mas não faltou.

V. Exa. hoje, para glória nossa que moramos no interior do Estado, para glória nossa V. Exa. tem um assento dos mais brilhantes aqui na Assembleia. Então, quero dizer a V. Exa. o seguinte: O Maior Cego é Aquele Que Não Quer Ver.

Então eu diria, vamos colher e juntar as pedras com as duas bancadas e vamos construir o seu Santo Antonio da Platina, o seu Prefeito, o Prefeito de Santo Antonio da Platina. O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento) Nobre Deputado, há fatos que retrospectam a lembranças importantes.

V. Exa. frisou a este parlamentar que, fui réu da Justiça Militar.

O SR. GABRIEL MANOEL — Injustamente, Deputado.

O Sr. Lúcio Machado — Com muita honra, eu tenho o aparte, e pediria que V. Exa. permitisse que eu, com tranquilidade...

O SR. GABRIEL MANOEL — Somente pediria que V. Exa. não deturpasse os fatos. Eu falei "injustamente", nobre Deputado.

O Sr. Lúcio Machado — Com muita honra fui carreado ao calabouço da mentira, da invenção, da inveja e da calúnia.

O SR. GABRIEL MANOEL — Como V. Exa. está procurando fazer com o Prefeito de Santo Antonio da Platina.

O Sr. Lúcio Machado — Cujos participantes, cujos personagens, entre eles estava também Ademar Lemos de Toledo. Nem por isto devolvi as pedradas que recebi, na oportunidade em que eu ostentava o mandato de Prefeito de minha cidade.

Fui levado ao Tribunal, não fui para o julgamento por dilapidação do patrimônio público, por malversação do dinheiro público, por desonestidade administrativa. Fui por uma pecha mentirosa, costumaz dessa raça de Caifaz de Anaz. Fui, acusado de subversivo, enquanto até hoje ainda não sei o que é a subversão, porque sou um homem que acostumei desde cedo, a andar desarmado e não fugir de capangas. Nunca quis, não quero, não pretendo e não gosto de quem tem capangas. Porisso mesmo provei, por si, a minha inocência e vi, no Tribunal, que os militares constituem-se da dignidade e do respeito, porque, no Tribunal constituído por 9 homens com direito a voto para condenação ou absolvição, tive a absolvição dos 7 militares e os dois togados pediram minha condenação, para que eu fosse julgado no Tribuna Superior. Passei a crer no soldado brasileiro, no instante em que eu era incriminado por mentirosos, por demagogos, por homens que dizem estar à sombra do Governo, por medrosos e até companheiros nossos que, na hora perigosa e do "pega" correram à saia do Governo, mas eu permaneci ao lado da Oposição. Ostentei meu mandato de Prefeito. Preso, solto por um período de quase quatro anos, quase um mandato inteiro, e fiz para Santo Antonio da Platina, inclusive a sua redenção econômica.

E prova disso está aí, que S. Exa. dá, nesta última eleição, eu tive 74 por cento da votação de meu povo. E em todas as eleições que ocorrem em Santo Antonio da Platina, me honra em receber o beneplácito daquela gente.

E V. Exa. me perdoe nesta oportunidade, embora sendo o meu Deputado naquela época, nem sequer teve a coragem de

comparecer ao Tribunal para assistir o veredito ao qual seria proferido depois de cinco horas de acusação. V. Exa. não digo que se acovardou, mas faltou com o respeito a um companheiro que o carregou nas costas, na sua primeira eleição. V. Exa. assim é um ingrato. Ingrato também é o Dr. Paulo Pimentel.

O SR. PRESIDENTE — Faz soar a campainha — A Mesa assegura a palavra ao orador.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. não me carregou nas costas; V. Exa. como Prefeito de Santo Antonio da Platina, teve o nosso apoio porque, naquela época, falha V. Exa. com sua memória, eu não era Deputado era simplesmente um colega seu que sofria na carne. Num eleitorado de sete mil eleitores, V. Exa. como líder absoluto, um Deputado que teve 17.800 votos, V. Exa. me deu 615 votos.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. era um candidato muito ruim. E o trabalho para lhe dar 615 votos?

O SR. GABRIEL MANOEL — E V. Exa. me apoiou, num apoio forçado. Numa cidade como Santo Antonio da Platina, um Deputado que naquela época teve 17.800 votos, para memorizar. V. Exa. como Deputado do maior polo do norte pioneiro, ungido talvez do medo, ungido talvez da acomodação, deu para seu Deputado 615 votos que até hoje eu agradeço. Agradeço a V. Exa. e aos seus filhos. Mas não venha V. Exa. me dizer que me carregou nas costas.

Estão os dados do Tribunal Eleitoral, estão os dados do Colégio Eleitoral de Santo Antonio da Platina, estão os dados da liderança autêntica de V. Exa., naquela época, estão os dados que eu lhe devo esta obrigação.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa que faltam quatro minutos para o encerramento do Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Quería que V. Exa. me permitisse, se faculta o Regimento Interno, mais 15 minutos, porque nós precisamos esclarecer.

O SR. PRESIDENTE — Infelizmente o Regimento Interno é claríssimo a este respeito. Faltam quatro minutos e o Grande Expediente é improrrogável.

O SR. GABRIEL MANOEL — Ilustre Deputado Benedito Lúcio Machado, apenas para complementar, veja V. Exa. bem, que não me carregou nas costas, porque eu apesar de ser bom de votos, sou ruim de carregar.

Então V. Exa. veja que 615 votos, quando o Deputado se elegia com seis mil votos, nós tivemos, apesar de que isso eu devo a V. Exa., mas eu só queria que V. Exa. pensasse no problema que me carregou nas costas. Estou fazendo a defesa do Dr. Ademar Lemos de Toledo, como farei de V. Exa. na hora que necessário for. Quando V. Exa. estiver sendo acusado injustamente, farei a defesa de V. Exa., porque tenho em V. Exa. um dos Deputados dos mais combativos de nossa região e de nossa Assembléia.

Agora hoje, como dizia nosso nobre companheiro, Deputado Alencar Furtado, está confundindo “caçada de tatu com serenata”.

O Sr. Basílio Zanusso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para cumprimentar Santo Antonio da Platina, pela representação que tem nesta Casa, porque Santo Antonio da Platina e estradas vizinhas, recebem uma estrada desta importância, da importância que V. Exa. tem ressaltado tantas vezes desta tribuna e assim mesmo há divergências entre V. Exas.

O Deputado Gabriel Manoel e o Deputado Lúcio Machado conseguem a estrada que estão a pedir há tantos anos e ainda, de maneira inteligente, não só Santo Antonio da Platina ganha a estrada, como também todo o Grande Expediente, dedicado à grande cidade, cuja representação que tem nesta Casa muito respeitamos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço, e ao meu eminente amigo Lúcio Machado, pediria que deixemos por encerrado este incidente, porque, como diz o ditado “roupa suja lava-se

em casa”. Então vamos discutir em Santo Antonio da Platina, com o Prefeito, vamos ver as falhas porque uma região não pode ser prejudicada por uma divergência de Deputados com Prefeito. V. Exa. diz que o Prefeito não presta; eu digo que é bom. Então vamos a Santo Antonio, Sexta feira lá estará o Governador do Estado e quero ter a honra de convidar V. Exa. para participar desta reunião na sua cidade. E V. Exa. que tem a obrigação de lutar por sua terra, tem que vir a esta tribuna e dizer para seu povo que vai lutar para carrear benefícios, para que a ARENA e MDB se unam para o bem do Estado do Paraná e de sua gente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 13/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 68/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, objetivando desenvolvimento de um programa Especial de Pesquisas conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 14/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 78/76, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná, objetivando prosseguimento dos trabalhos ligados ao programa de Defesa Sanitária Vegetal e ao Sub-Programa Erradicação do Cancro Cítrico, no Estado. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 153/75, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Ação Maçônica Abraham Lincoln - AMAL, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 15/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 01/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Adrianópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Bom Jesus e o Ginásio Estadual Dr. Saddock de Sá, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 72/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o município de Capitão Leônidas Marques à cidade de Cascavel. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.O.P.T.C. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 149/75, de autoria do Deputado Valter Pietrângelo, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública todas as áreas do Território Paranaense cobertas de matas virgens e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 170/75, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos — Sociedade Beneficente, com sede na

cidade de Maringá. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 17/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 05/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Assaí, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Conselheiro Carrão, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 30 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Assaí, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Conselheiro Carrão, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto - Presidente; Nilso Sguarezi - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição 05/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 154/76, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 30 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Assaí, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Conselheiro Carrão na sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto de tratado diz do interesse da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto - Presidente; Nilso Sguarezi - Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 84/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada de rodagem partindo da BR-277 passa pela sede do Município de Catanduvas e pelo Distrito de Três Barras, até alcançar o Rio Iguaçu. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 84/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, o trecho da estrada de rodagem que, partindo da BR-277 (Km. 361), passa pela sede do Município de Catanduvas, e pelo Distrito de Três Barras, até alcançar o Rio Iguaçu.

Art. 2º — As despesas com a execução da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) **FIDELCINO TOLENTINO**

JUSTIFICATIVA:

O Município de Catanduvas, pelo seu intenso desenvolvimento, tomou um impulso peculiar, devido ao apreciável volume de indústrias e de alto comércio, sustentado pela extração e beneficiamento de madeira e por sua expressiva projeção agrícola.

Por outro lado, o Distrito de Três Barras representa o centro comercial de todo aquele território do Vale do Rio Iguaçu. Apesar de se tratar de localidade cujo progresso é notório, está mal servida de estradas de rodagem, as quais, sendo de leito natural, ficam constantemente intransitáveis.

Considerando que Catanduvas dista apenas 13 quilômetros do pavimento da BR-277, e que a conservação e melhoria do trecho que se pretende transferir aos cuidados do DER é de suma importância para o escoamento da produção industrial e agrícola daquele município, é justo que lhe seja dedicada a devida atenção por parte do Governo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução nº 84/75

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, visa autorizar o Poder Executivo a transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada de rodagem que partindo da BR-277 (km. 361), passa pela sede do município de Catanduvas e pelo distrito de Três Barras, até alcançar o Rio Iguaçu.

Embora a justificativa apresentada e a louvável intenção de seu autor na proposição do Projeto, nos convençam de sua oportunidade e do mérito de sua finalidade, o qual seja o de beneficiar, através de melhores rodovias, uma região que vem, pelo seu acentuado crescimento, contribuindo para o desenvolvimento do nosso Estado, no nosso entender, o plano de lei, face aos Arts. 25 e 35 da Constituição Estadual, não pode ser acolhido. Isto porque, projetos que aumentem ou comprometam o orçamento do Estado, são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, o nosso parecer é contrário ao Projeto de Lei 84/75, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1975.

aa) Accioly Neto - Presidente; Deni Schwartz - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer ao Projeto de Lei 84/75

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, visa dotar de melhores condições e melhoramentos ao trecho da Rodovia BR 277 (km. 362), passando a sua conservação à sede do município de Catanduvas, e pelo distrito de Três Barras, indo alcançar o Rio Iguaçu.

A premissa meramente autorizatória do Projeto, faz com que essa comissão opine pela sua APROVAÇÃO, pois iria de encontro aos anseios dos paranaenses e brasileiros ali radicados.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1975.

aa) Quielise Crisóstomo - Presidente; Luiz Carlos Zuk - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

Parecer ao Projeto de Lei 74/76

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, objetiva este projeto de lei autorizar o Poder Executivo a transferir

ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, o trecho da rodovia que, partindo da BR-277 (km. 361), passa pela sede do Município de Catanduvas e pelo Distrito de Três Barras, até alcançar o Rio Iguaçu.

Embora a douta Comissão de Constituição e Justiça tenha emitido parecer contrário a esta matéria, entendemos deva a mesma ser acolhida por esta Casa, uma vez que se trata de projeto meramente autorizatório e também tomando em consideração os benefícios que esta medida proporcionaria, se concretizada, àquela importante região, que muito contribui para o engrandecimento do nosso Estado, pelo seu expressivo desenvolvimento agrícola e industrial.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do plano de lei em tela.

Sala das Comissões, em outubro de 1975.

aa) Alfredo Gulin - Presidente; David Federmann - Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Boanerges Vieira da Silva Filho, ocorrido em Jussara. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido da tribuna, solicitando voto de saudade à memória do ex-Presidente Getúlio Dorneles Vargas, que hoje assinala, a data do nascimento do referido estadista. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Frúet constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei 22/76. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, referente à comunicação oficial que dirigiu à Câmara de Vereadores de Arapongas. Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para discutir) Sr. Presidente, com referência ao requerimento do eminente Deputado Muggiati Filho, pedido de informações, justo, aliás, mas quero informar à Casa que o eminente Deputado, esteve conversando com o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, quando ouviu de S. Exa. que houve um equívoco de sua assessoria. Na realidade, não poderia haver uma comunicação nos termos como foi feita. Prova disto é o cartaz de propaganda dessa campanha distribuído em todo o Paraná.

Portanto, o Sr. Secretário não teve nenhuma responsabilidade neste fato, houve um equívoco de sua assessoria.

Prestados esses esclarecimentos pelo Sr. Secretário de Saúde ao Sr. Deputado Muggiati Filho, solicitaria ao eminente Deputado que retirasse seu pedido de informações. Caso contrário, votaremos contrariamente ao mesmo.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não nos foi possível ouvir, porque chegamos ao final, as palavras que, sobre a matéria em discussão, foram proferidas da tribuna pelo ilustre Deputado Gabriel Manoel.

No tocante ao que, no exercício de liderança da bancada, acaba de pronunciar o ilustre Deputado Gilberto Carvalho, devemos, desde logo, reconhecer a procedência de suas afirmativas.

Na verdade, Sr. Presidente, o objetivo principal do pedido de informações seria o de caracterizar infração específica da Lei 1.079, de março de 70.

O pedido de informações, em sua pergunta inicial, procurou estabelecer, desde logo, a autenticidade da carta que

deu motivo ao mesmo, sendo que a pergunta primeira foi formulada assim:

“a carta supra citada que acompanha o presente é autêntica?”

Embora não tenha sido negada a sua autenticidade “in totum”, negou entanto, como pretensão do Sr. Secretário Arnaldo Busato, ao discricionarismo que no seu endereço ela escreveu, ou melhor, no tratamento prenominal que ela estabeleceu.

Realmente, recebemos sobre o assunto, uma comunicação telefônica feita pelo Sr. Secretário Arnaldo Busato, bem como a visita, nesta data, do Sr. J. Calixto de Medeiros, que veio com a finalidade de esclarecer o assunto.

Não encaminhamos o pedido a este plenário por espírito de emulação, mas sim, na função fiscalizante que deve ser exercida pelo Deputado.

Não posso negar, nesta oportunidade, crédito às palavras do Sr. Secretário Arnaldo Busato. Razão pela qual, aceito as explicações e, principalmente, aceito sua palavra de determinar a correção imediata do lapso ocorrido e solicitamos à Mesa a retirada do nosso requerimento.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Nos termos do Regimento Interno, deferida a solicitação do Sr. Deputado Muggiati Filho.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de congratulações ao jornalista Hélio Duque, pela redação do artigo intitulado “O Exemplo que vem de Santa Izabel do Ivaí”, publicado no jornal “Panorama”, de Londrina. Em discussão.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última sessão, quando da apresentação desse requerimento e tendo em conta também o fato dos requerimentos serem apresentados à Mesa e não termos, assim, melhor conhecimento da matéria, solicitamos a palavra para discutir o requerimento, a fim de podermos analisar o inteiro teor do mesmo.

Apenas nos causou surpresa de que o presente requerimento visava, como visa, a inserção em ata de um voto de congratulações ao jornalista Hélio Duque pela publicação no jornal “Panorama”, de Londrina, do artigo “O Exemplo que vem de Santa Izabel do Ivaí”, na edição do dia 24 de março.

Ocorre, Sr. Presidente, que o requerimento, ou seu autor, não juntou o referido artigo para que pudéssemos ter melhor conhecimento. Todavia, da leitura de sua exposição em alguns trechos, em que procura transmitir seu voto de congratulações, pudemos sentir pela confiança que também me merece o referido Deputado, companheiro desta Casa, que efetivamente se propôs o referido jornalista a traçar alguns aspectos referentes a Santa Izabel do Ivaí, especialmente o esforço de sua comunidade em busca do progresso e desenvolvimento daquele município.

Estamos justificando a razão de termos solicitado para discutir o requerimento, e como conhecemos o signatário do mesmo, não obstante entendermos que deveria ter anexado o referido artigo, nosso voto será favorável à inserção daquele artigo.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão. Em votação. —

Aprovado. No próximo dia 22, quinta-feira, de acordo com os termos do Regimento Interno, será destinada a Hora do Expediente para Sessão Solene em homenagem ao Descobrimento do Brasil, e, conforme designação das lideranças, serão oradores os Srs. Rosário Pitelli e Otássio Pereira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcand outra para amanhã, dia 20, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte ORDEM DO DIA: 3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 15/76 e de Lei 72/75, 149/75 e 170/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 17/76 e de Lei 84/

75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 97/75 e 100/75.
Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

Decreto Legislativo nº 128/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º — Em vista do disposto no Ato número 22 de 09 de março de 1976, da Câmara dos Deputados, fixar, a partir de 01 de março de 1976, os subsídios dos Deputados nos seguintes valores:

a) — parte fixa de Cr\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos cruzeiros);

b) — parte variável, com diária de Cr\$ 306,66 (trezentos e seis cruzeiros e sessenta e seis centavos), representando os 2/3 (dois terços), do estipulado aos membros do Congresso Nacional.

Art. 2º — A Ajuda de Custo, fica fixada em Cr\$ 17.333,32 (dezesete mil e trezentos e trinta e três cruzeiros e trinta e dois centavos), atendendo o disposto do Ato citado no artigo anterior.

Art. 3º — A alteração dos valores constantes do presente decreto serão reajustados nas mesmas bases, dos subsídios e Ajuda de Custo dos Membros do Congresso Nacional.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 16/03/76.

Paulo Affonso Alves de Camargo — Presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º Secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º Secretário

Decreto Legislativo nº 129/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º — A dotação do item “L” — Administração Deputados, no elemento 3.1.4.0 — ENCARGOS DIVERSOS, subelemento 3.1.4.0.03 — Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens, consignada no artigo 3º do Decreto Legislativo número 30 de 03 de fevereiro de 1976, passa a ser de Cr\$ 1.620.000,00 (um milhão, seiscentos e vinte mil cruzeiros).

Art. 2º — O item “a” do § 2º do artigo 3º do Decreto Legislativo número 30, de 03 de fevereiro de 1976, passa a ter o valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

Parágrafo único — O pagamento das despesas atendidas pela dotação prevista no presente artigo, será regulamentado por Ordem Interna de Serviço da Comissão Executiva.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 16/03/76.

Paulo Affonso Alves de Camargo — Presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º Secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º Secretário

Decreto Legislativo nº 130/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 223/76, de 13 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LORIS CORDEIRO DE BARROS, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de

1972, 1973 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 19/03/76.

Paulo Affonso Alves de Camargo — Presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º Secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º Secretário

Decreto Legislativo nº 131/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1381/76, de 05 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, de Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ARACY ZECK, matrícula 192, ocupante do cargo de nível PL “14”, da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 19/03/76.

Paulo Affonso Alves de Camargo — Presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 132/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 901/76, de 11 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO, matrícula 207, ocupante do cargo de nível PL “14”, da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 19/03/76.

Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 133/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 838/76, de 09 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI, matrícula 516, ocupante do cargo de nível PL “19”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 19/03/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

Decreto Legislativo nº 134/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 783/76, de 05 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA ARANTES DE LIMA, matrícula 216, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1972, 1973 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/03/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 135/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

promover, ex-officio, por meio de transferência, os funcionários abaixo relacionados, para o cargo da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de março de 1976.

PARA O NÍVEL PL "17"

ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS — mat. 190
JOÃO MARTINS SOBRINHO — mat. 392
LINDAMIR GONÇALVES BOGONOVO — mat. 212
MARIA DE LOURDES SANTOS — mat. 561

PARA O NÍVEL PL "16"

ALCEU RAMOS — mat. 363
ALEXANDRE RADICHEWSKI — mat. 388
ALZEMIRO ARTIGAS — mat. 381
ANTONIO CECCON — mat. 554
JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA — mat. 574
JOSÉ DA TRINDADE — mat. 503
LÁZARO DA SILVA — mat. 521.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/03/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 136/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

promover, ex-officio, por meio de transferência, os funcionários abaixo relacionados, para o cargo da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de março de 1976.

PARA O NÍVEL PL "15"

FLORIPES ALVES BOSCHI — mat. 197
FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO — Mat. 198
GENIR DOS SANTOS FERNANDES — Mat. 199
HONORIA CORDEIRO — mat. 201
JOANA DE LIMA — mat. 558
MARIA NEIDE BOZA STIVAL — mat. 221
PAULINA SCHERNER SIMÕES — mat. 223
ROSÁRIA CARDOZO DE LIMA — mat. 225.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de março

de 1976.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 137/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

promover os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de março de 1976.

PARA O NÍVEL PL "16"

CELINA BIANCHI — mat. 153 (por antiguidade)
ELDO GEVEZIER — mat. 056 (por merecimento).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/03/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 138/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

conceder acesso na inicial da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de março de 1976, aos funcionários abaixo relacionados:

PARA O NÍVEL PL "18"

BRIGIDA LOBO KOLAROVICS — mat. 556 (por antiguidade)
LUIZ CARLOS GONÇALVES DE CASTRO — mat. 592 (por merecimento)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/03/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 139/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

readaptar a funcionária LINDAMIR EDIL CARAN, matrícula 510, para o nível PL "25", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de março de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/03/76

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 140/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

alterar para Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), a gratificação de que trata o Parágrafo único, do Decreto Legislativo número 69/75, de 20 de fevereiro de 1975, a partir de 01 de janeiro de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de março de 1976.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 141/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

readaptar a funcionária GENI CARNEIRO, matrícula 284, para o nível PL "25", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de março de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/03/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 142/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

readaptar o funcionário SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO, matrícula 172, para o nível PL "20", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de março de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/03/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 143/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

promover, ex-officio, por meio de transferência, os funcionários abaixo relacionados, para o cargo da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de março de 1976.

PARA O NÍVEL PL "17"

- JOÃO FARINHAK — mat. 210
IZIDORO CECCON — mat. 071
LUIZA BACK VIANTE — mat. 213
ROGÉRIO FABIANO NEVES DA CRUZ — mat. 171

PARA O NÍVEL PL "16"

- ALAIDE MARIA LOFFHAGEN LUZ — mat. 181
ARACY ZECK — mat. 192
ISAURA BUENO — mat. 204
IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO — mat. 207
RUTH DA SILVA LOPES — mat. 226
SINHORINHA BERNARDI — mat. 563
TABAJARA MARTINS — mat. 073

PARA O NÍVEL PL "15"

- ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES — mat. 189
ANDRELINA CORREIA ALVES — mat. 191
AURORA RIBEIRO GONÇALVES — mat. 193
CENIRA DOS SANTOS FREITAS — mat. 194.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/03/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 144/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

promover os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de março de 1976.

PARA O NÍVEL PL "23"

IGLAIR SMANIOTTO — mat. 298 — por merecimento

PARA O NÍVEL PL "22"

ANTONIO MASSUCHETTO — mat. 325 — por antiguidade

PARA O NÍVEL PL "21"

MAY FAIR PERINE — Mat. 187 — por antiguidade

REGINALDO XAVIER BITTENCOURT — mat. 322 — por merecimento

PARA O NÍVEL PL "20"

FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI — mat. 516 — por antiguidade

MARCOS UNIGA — mat. 424 — por merecimento

PARA O NÍVEL PL "19"

MARIA LEONILDA ROCHA — mat. 427 — por antiguidade

HENRIQUE WOJCIK — mat. 460 — por merecimento

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/03/76

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 145/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

promover, ex-officio, por meio de transferência, os funcionários abaixo relacionados, para o cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de março de 1976.

CELSO MARIANO DOS SANTOS — mat. 165

JOEL DA SILVA NATAL — mat. 341

LUIZ LIMA — mat. 504.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/03/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 146/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12570/75, de 15 de dezembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO, ocupante do cargo de Advogado, nível PL "30", do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24/03/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 147/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

Art. 1º — Os subsídios, ajuda de custo e outras vantagens pecuniárias dos deputados estaduais, para a presente legislatura,

ficam fixados em 2/3 (dois terços) do que atribuído aos deputados federais, a qualquer título, e referente ao mesmo período.

Art. 2º — A fixação dos valores de que trata o artigo anterior será feita por ato da Comissão Executiva.

Art. 3º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24/03/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 148/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 79/76, de 07 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ ROSA FILHO, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL "21", matrícula 340, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial não gozada, relativa ao quinto quinquênio de efetivo exercício de suas funções, compreendido entre 20 de outubro de 1970 e 20 de agosto de 1975, antecipado ante a incorporação do dobro da licença especial não gozada no segundo decênio, e a contagem em dobro das férias de 1971.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24/03/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 150/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

designar, JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, Diretor Geral, UAHIB ABRAHÃO TANUS, Assistente Técnico e AIMORÉ DA ROCHA, Diretor do Departamento de Finanças, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para sob a presidência do primeiro, constituírem a COMISSÃO DE OBRAS PARA A CONSTRUÇÃO DO ANEXO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26/03/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 151/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11755/76, de 19 de novembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de HERCULANO CORDEIRO, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, matrícula 390, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses e seis (06) dias, compreendido entre 15 de março e 21 de maio de 1945, em que esteve incorporado ao Exército Nacional;
II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio compreendido entre 28 de abril

de 1965 e igual data de 1970; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 22 de agosto de 1974; data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais perfazendo um total de dez por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/03/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 152/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11982/76, de 25 de novembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

retificar o Decreto Legislativo nº 147/74, de 27 de março de 1974, para declarar que o acréscimo de mais cinco por cento sobre os vencimentos de EDMIR ENÉZIO DA SILVA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, matrícula 498, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é a partir de 30 de abril de 1973, e não como consta naquele Ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/03/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 153/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12895/75, de 17 de dezembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a MANOEL PINHEIRO CANGUSSU, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL "23", matrícula 571, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 2 de dezembro de 1975, data em que completou trinta (30) anos de serviço público.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/03/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 154/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 110/76, de 8 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de AYRTON ALVES ARANHA, ocupante do cargo de Técnico de Administração, nível PL "26", matrícula 413, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial não gozada, relativa ao segundo quinquênio de efetivo exercício de suas funções, compreendido entre 11 de janeiro de 1969 e 11 de novembro de 1972, antecipado ante a incorporação do dobro da licença especial não gozada no quinquênio anterior, e a contagem do dobro das férias de 1968, 1970, 1971 e 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/03/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA
1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET
2º Secretário

Decreto Legislativo nº 154/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 110/76, de 08 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de AYRTON ALVES ARANHA, ocupante do cargo de Técnico de Administração, nível PL "26", Matrícula 413, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial não gozada, relativa ao segundo quinquênio de efetivo exercício de suas funções, compreendido entre 11 de janeiro de 1969 e 11 de novembro de 1972, antecipado ante a incorporação do dobro da licença especial não gozada no quinquênio anterior, e a contagem em dobro das férias de 1968, 1970, 1971 e 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/03/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º Secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º Secretário

Decreto Legislativo nº 155/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 209/76, de 13 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a JAHIR DALAGASSA, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, nível PL "18", matrícula 075, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 28 de setembro de 1975, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, perfazendo um total de dez por cento de adicionais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/03/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 156/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 267/76, de 15 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a HUGO GABARDO, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL "23", matrícula 527, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 02 de maio de 1975, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, perfazendo um total de vinte por cento de adicionais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/03/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 157/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 547/76, de 27 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar, incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ALFREDO PRESTA, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, matrícula 057, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em

virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 24 de agosto de 1969 e 24 de maio de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1966, 1971, 1972, 1973 e de quinze (15) dias das férias de 1969, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o art. 170, da mesma Lei a partir de 11 de outubro de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/03/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 158/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 600/76, de 29 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de TEREZINHA RUPPEL GLUCK, matrícula 323, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 10 de outubro de 1967 e 10 de janeiro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e de quinze (15) dias das férias referentes ao ano de 1971, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada lei, a partir de 10 de janeiro de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/03/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 159/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1086/76, de 17 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a JACYRA MACHADO BINI, matrícula 208, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período remanescente de quatro (04) meses e oito (08) dias, da licença especial interrompida pelo Decreto Legislativo número 449/73, de 31 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/03/76.

- (aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA
1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET
2º Secretário